



Ministério da Educação

ATA DE REUNIÃO

Aos 02 dias do mês de agosto do ano de 2024, às 14 horas, em sua Sede na Esplanada dos Ministérios Bloco L, Edifício Sede – 6º Andar – Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, realizou-se a **1ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo para o Aperfeiçoamento dos Processos de Regulação e Supervisão da Educação Superior – CC-Pares**, do Ministério da Educação – MEC, sob a presidência da secretária de Regulação e Supervisão da Educação Superior, Marta Wendel Abramo, e com o comparecimento de Daniel de Aquino Ximenes, diretor de Regulação da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior – Seres, Rafael Arruda Furtado, diretor de Supervisão da Seres, Caroline Dantas da Gama, diretora de Política Regulatória da Seres, Lilian do Nascimento, representante da Secretaria de Educação Superior – Sesu, Maria Cristina Madeira da Silva, representante da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – Setec, Ulysses Tavares Teixeira, representante do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep, Rodrigo Capelato, representante do Semesp, Pe. Sérgio Eduardo Mariucci, representante da Associação Nacional de Educação Católica do Brasil – Anec, Elizabeth Guedes e Juliano Griebeler, representantes da Associação Nacional das Universidades Particulares – Anup, Manuella Mirella Nunes e Marcelo Acácio da Silva, representantes da União Nacional dos Estudantes – UNE, Eduardo José Cezari, representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – Andifes, Veruska Ribeiro Machado, representante do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – Conif e, como convidados, João Mattar, da Associação Brasileira de Educação a Distância – ABED, e Simone Horta, da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – Conaes. A reunião também contou com a participação virtual de Flávia de Oliveira, representante da Diretoria de Regulação da Seres, Alause da Silva Pires, representante da Diretoria de Política Regulatória da Seres, Ana Lúcia Pereira, representante da Sesu, Luciane Bisognin Ceretta e Henrique Sartori de Almeida, representantes do Conselho Nacional de Educação – CNE, Iara de Xavier, representante da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior – ABMES, Paulo Cesar Chanan, representante da Associação Brasileira das Mantenedoras das Faculdades – Abrafi, Arthur Sperádeo de Macedo, representante da Associação Nacional dos Centros Universitários – Anaceu, Rui Otávio Andrade, representante da Associação Brasileira de Instituições Educacionais Evangélicas – Abiee, Sonia Margarida Gomes Sousa e Marion Creutzberg, representantes da Associação Brasileira das Instituições Comunitárias de Educação Superior – Abruc, João Alfredo Braidá, representante da Andifes, Maria de Lourdes Fernandes, representante da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, Bruna Boeckmann, representante da Setec e, como convidados, Alexandre Martins dos Anjos, da UniRede, e Ana Maria de Mattos Retti, da Conaes. Registradas as presenças de Fabrício Cabral, diretor de programa da Secretaria-Executiva – SE do MEC, e dos servidores da Seres, Giovanna Gamba, Andrea Oliveira, Theodoro Malavoglia, Tatiana Leuridan, Thayná de Souza e Vanessa Stopanovski.

A presidente iniciou a reunião e demonstrou enorme satisfação pela retomada do CC-Pares, destacando a importância do diálogo para possibilitar construções coletivas no âmbito da regulação e da supervisão da educação superior. Em seguida, informou que a Educação a Distância - EaD, em especial no que se refere aos referenciais de qualidade, seria o tema da reunião, representando o início das discussões do Conselho, considerando a importância da modalidade para o acesso ao ensino superior e a necessidade de aprimoramento da regulação para possibilitar a sua expansão com qualidade. No entanto, reforçou que as discussões do CC-Pares não se esgotam neste tema,

sendo apenas o início. Por fim, apresentou os procedimentos da reunião e deu início aos trabalhos. A diretora de Política Regulatória da Seres, Caroline Dantas, apresentou os principais resultados obtidos pela consulta pública que abordou aspectos regulatórios da modalidade EaD e destacou o volume de 14.736 mil contribuições obtidas, representando a maior consulta pública realizada pela Plataforma Participe + Brasil no ano de 2023. Segundo a diretora, as manifestações apontaram, dentre outros, para o potencial inclusivo da modalidade EaD e a sua indissociabilidade da qualidade, para a necessidade de aprimoramento dos componentes da avaliação e para o potencial de impacto negativo na formação de profissionais da área da Saúde se realizada a distância. A diretora concluiu que a consulta pública evidenciou a necessidade de ampliação dos aspectos inicialmente abordados, tendo sido identificadas diversas contribuições sobre componentes afetos a modalidade EaD que não haviam sido contemplados na consulta pública realizada, a exemplo da avaliação e do monitoramento, dos polos, e de parâmetros de qualidade. Em seguida, o diretor de Regulação da Seres, Daniel Ximenes, realizou uma apresentação sobre os desafios de aprimoramento da modalidade EaD, contendo um roteiro técnico a ser perseguido para atendimento dos prazos contidos na Portaria nº 528, de 6 de junho de 2024 no que se refere ao estabelecimento de novos referenciais de qualidade e de um novo marco regulatório para a oferta de cursos de graduação a distância. O roteiro apresentado tem como objetivo orientar visitas técnicas e a interlocução da pasta com as instituições de educação superior - IES e as entidades representativas do setor, além da elaboração dos referenciais de qualidade, e dividiu-se em quatro eixos de aprimoramento: i) processos pedagógicos e acadêmicos; ii) plataformas e ambientes virtuais de aprendizagem; iii) polos; e iv) profissionais da educação. Por fim, o diretor reforçou a disponibilidades da Seres para a realização de agendas técnicas e solicitou o envio de contribuições por parte dos membros do Conselho. Findadas as apresentações iniciais, passou-se a palavra aos demais membros do Conselho. Foram realizadas considerações por parte do representante da Anec, Pe. Sérgio Eduardo Mariucci, representante da ABED, João Mattar, representantes da UNE, Manuella Mirella e Marcelo Acácio da Silva, representante do Conif, Veruska Ribeiro Machado, representante da Andifes, Eduardo José Cezari, representante do Semesp, Rodrigo Capelato e representantes da Anup, Elizabeth Guedes e Juliano Griebeler e, remotamente, por parte do representante da Abrafi, Paulo César Chanan, representante da ABMES, Iara Xavier, representante da Andifes, João Alfredo Braida, representantes da Abruc, Sônia Margarida Gomes e Marion Creutzberg, representante da UniRede, Alexandre Martins dos Anjos, representante do CNE, Henrique Sartori Prado, representante da Capes, Maria de Lourdes Fernandes e representante da Conaes, Simone Horta.

O representante da Anec, Pe. Sérgio Eduardo Mariucci, pontuou a ausência de padrões de qualidade para a EaD e destacou a importância da interação aluno-professor. Para Sérgio, o aluno deve estar no centro do processo educacional, com direito a uma educação de qualidade. Ainda, defendeu a necessidade de definição dos elementos que compõem o ambiente de aprendizagem e da qualificação dos profissionais da educação. A representante da UNE, Manuella Mirella, enfatizou a importância da regulação e a necessidade de revisão da EaD, em especial no que se refere a avaliação e aos 40% do ensino a distância na modalidade presencial. Ainda, reforçou a necessidade de ajustes no marco regulatório vigente de modo a garantir a qualidade do ensino e a centralidade no aluno e no professor. O representante da ABED, João Mattar, reforçou a importância do aluno e sugeriu a inclusão da sua figura nas dimensões de aprimoramento da modalidade. O representante da Abrafi, Paulo César Chanan, expressou preocupação com os padrões atuais de oferta da EaD e reforçou a necessidade de fortalecimento da avaliação e da supervisão da modalidade, considerando o descumprimento da legislação por grande parte das instituições de ensino. A representante da ABMES, Iara de Xavier, agradeceu a designação da ABMES e parabenizou a secretária Marta Abramo pela reedição do CC-Pares e as apresentações e sinalizações realizadas. Declarou que a ABMES é favorável a EaD com qualidade, por possibilitar a inclusão. Entretanto, apontou que, atualmente, a fragilidade da modalidade reside nas condições de oferta. Sugeriu que a Seres conduza o tema EaD contemplando, concomitantemente, o monitoramento e a melhoria da realidade atual e a elaboração de novos referenciais de qualidade que devem subsidiar uma nova base regulatória, observando a diversidade das IES. O representante do Semesp, Rodrigo

Capelato, valorizou as premissas adotadas e destacou a importância da experiência do aluno, que deve possuir qualidade tanto no ensino presencial, quanto a distância. Para além, defendeu a necessidade da interatividade e a criação de indicadores e instrumentos adequados para avaliação da EaD. A representante do Conif, Veruska Ribeiro, pontuou a importância do entendimento da EaD almejada e, ao defender a centralidade no estudante, reforçou a necessidade de políticas estudantis específicas para a modalidade. Ainda, destacou a importância da figura do professor na mediação pedagógica. As representantes da Abruc, Sônia Margarida e Marion Creutzberg, enfatizaram a importância de reconhecimento da identidade das instituições de ensino brasileiras, especialmente as de natureza comunitária, na revisão do marco regulatório e definição dos novos referenciais de qualidade, apontando o que se espera das instituições considerando as suas especificidades. Ainda, apontaram defasagem no que se refere as Diretrizes Curriculares Nacionais - DCN. O representante da UNE, Marcelo Acácio, sugeriu observância ao Plano Nacional de Educação - PNE para orientar a construção do novo marco regulatório e chamou a atenção para as características locais dos polos e para a importância dos conselhos estudantis. Ainda, expressou preocupação com o ensino híbrido e com a evasão dos estudantes da EaD. O representante da Andifes, Eduardo José Cezari, apontou para a importância de discussão de um modelo pedagógico para a EaD que considere as especificidades institucionais e locais. Ainda, reforçou a necessidade de aprimoramento dos instrumentos de avaliação e da supervisão na revisão do marco regulatório. A representante da Anup, Elizabeth Guedes, elogiou a metodologia adotada para orientar a regulação e reforçou a necessidade de aprimoramento da avaliação. Ainda, enfatizou a importância da compreensão da natureza e dos mecanismos de oferta das IES, e da experiência do aluno. O representante da UniRede, Alexandre Martins, pontuou a importância de definição de referenciais de qualidade e da análise da natureza das instituições. Destacou, ainda, a necessidade de um marco regulatório que integre as atividades de regulação, supervisão e avaliação, e considere a diversidade das IES e as especificidades locais. O representante do CNE, Henrique Sartori, observou que as apresentações realizadas auxiliam no entendimento das atividades planejadas e colocou a Câmara de Educação Superior - CES a disposição para dialogar. Em seguida, destacou a importância da definição das competências de cada órgão e do reforço da supervisão na revisão do marco regulatório. A representante da Capes, Maria de Lourdes, destacou que a temática da EaD também tem representado um desafio para a Capes no âmbito da pós-graduação strictu sensu e sinalizou a disponibilidade para contribuir com as atividades do Conselho. A representante da Conaes, Simone Horta, parabenizou a Seres pela observância aos referenciais de qualidade, destacando a sua importância e a necessidade de revisão, também, dos referenciais relativos ao ensino presencial. O representante da Anup, Juliano Griebeler, destacou a importância de consideração da pluralidade das instituições na elaboração do novo marco regulatório e destacou que as visitas técnicas podem auxiliar na identificação das instituições de ensino que possuem boas práticas daquelas com fragilidades na oferta. O representante do Inep, Ulysses Tavares, parabenizou a atuação da Seres e destacou a importância de referenciais de qualidade para a avaliação.

Ao final da reunião, a presidente informou os seguintes encaminhamentos: i) o envio de contribuições deve ser realizado até a data de 06 de setembro, com encaminhamento por parte dos membros do CC-Pares, visando a institucionalização, e direcionamento ao e-mail direg.seres@mec.gov.br. ii) a previsão de realização de outras duas reuniões ainda neste semestre, sendo uma extraordinária, em 26 de setembro, com resultados preliminares das contribuições enviadas e das visitas técnicas realizadas e apresentação preliminar dos referenciais de qualidade como possíveis pontos de discussão, e outra ordinária na semana de 12 de novembro; e iii) informação da instituição de página referente ao CC-Pares na Plataforma Participa + Brasil, onde deverão ser incluídos cronograma, atas, apresentações e demais documentos de interesse do Conselho, por meio do link: gov.br/participamaisbrasil/cc-pares. Nada mais havendo a tratar, a presidente deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, Tatiana Leuridan, lavrei a presente Ata, lida e aprovada por todos.

